

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.371.886 - MS (2018/0252393-0)

AGRAVANTE : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA - IBGE  
AGRAVADO : CLAUDIONOR BRUNETTO  
ADVOGADO : EDER SUSSUMU MIYASHIRO - MS012108

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, CLAUDIONOR BRUNETTO impetrou mandado de segurança, com pedido liminar, em face da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, objetivando o reconhecimento *como tempo de serviço/contribuição o período de estudo frequentado pelo impetrante como aluno aprendiz no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (...), período entre 1974 e 1976, que perfaz 862 (oitocentos e sessenta e dois) dias.*

Aduz que requereu junto ao IBGE o cômputo do mencionado tempo, no entanto teve o seu pleito negado por falta de amparo legal, argumentando o Instituto que a certidão apresentada não comprova a sua atuação na execução de encomendas recebidas pela escola, nem menciona o período trabalhado e a remuneração recebida.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) em 19 de dezembro de 2011.

Após sentença que concedeu a segurança, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, ficando consignado *os documentos colacionados aos autos comprovam, de plano, que o impetrante estudou em escola agrícola, com alojamento e alimentação oferecidos em contrapartida aos serviços prestados, de modo que estão demonstrados os elementos legais e de fato configuradores do direito líquido e certo.*

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fl. 137):

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR - RECONHECIMENTO DE  
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ALUNO-APRENDIZ - DECRETO N.  
3.048/1999 - APELAÇÃO NÃO CONHECIDA POR  
INTEMPESTIVIDADE.

# Superior Tribunal de Justiça

1. O mandado de segurança é instituto de natureza constitucional destinado à tutela jurisdicional de direitos subjetivos e será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

2. Os documentos colacionados aos autos comprovam, de plano, que o impetrante estudou em escola agrícola, com alojamento e alimentação oferecidos em contrapartida aos serviços prestados, de modo que estão demonstrados os elementos legais e de fato configuradores do direito líquido e certo.

3. Remessa oficial desprovida. Apelação não conhecida.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos (fls. 176-184).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 67 e 69 do Decreto-Lei n. 7.073/1942.

Sustenta, em síntese, que o recorrido não faz jus à contagem de tempo de serviço como aluno aprendiz.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

O Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso, nos termos do parecer de fls. 220-225, que guarda a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO-APRENDIZ. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. PARECER PELO IMPROVIMENTO DO RECURSO.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

No caso dos autos, o Tribunal *a quo* consignou o seguinte (fl.

136):

A certidão de fls. 25 e os documentos de fls. 26 e 26vº comprovam, de plano, que o impetrante estudou em escola agrícola, com alojamento e alimentação oferecidos em contrapartida aos serviços prestados, de modo que estão demonstrados os elementos legais e de fato configuradores do direito líquido e certo.

Conforme assinalado pelo Ministério público Federal (fls. 115) "revela-se correto o dispositivo da sentença, ao reconhecer a procedência do pedido de aluno -aprendiz no cômputo do tempo de serviço para fins de aposentadoria, visto que, no particular, guarda consonância com a Súmula 96 do Tribunal de Contas da União e com a jurisprudência do C. Supremo Tribunal Federal, até mesmo porque CLAUDIONOR BRUNETTO, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 1974 e 18 de dezembro de 1976, recebeu mensalmente uma bolsa de estudos em forma de alimentação, alojamento e estudo".

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO.  
APOSENTADORIA. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO.  
ALUNO-APRENDIZ. REVISÃO DO CONTEXTO  
FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que é possível o cômputo do tempo de estudante como aluno-aprendiz de escola pública profissional para complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, desde que preenchidos os requisitos da comprovação do vínculo empregatício e da remuneração à conta do orçamento da União.

2. O Tribunal de origem, com base no conjunto probatório dos autos, consignou que, "no tocante ao período de 1º/02/1966 a 28/12/1967, reconhecido na sentença como tempo de demandante apresentou certificado de aprendizagem e certidão de serviço sob condições especiais, o tempo de serviço, do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, de conclusão da fase escolar do curso de torneiro mecânico, onde é atestada a frequência escolar, não constando remuneração indireta à conta da dotação da União (identificador 198248). Assim, não estando comprovada a prestação pecuniária à conta do orçamento da União, não deve ser reconhecido como tempo de serviço para fins de aposentadoria. Neste sentido, a súmula 96 do TCU" (fl. 239, e-STJ, grifei).

3. A revisão desse entendimento implica reexame de matéria fático-probatória, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes: AgInt nos EDcl no AREsp 854.613/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19.12.2016; e AgRg no REsp 1.213.358/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2.6.2016.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1676809/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

# *Superior Tribunal de Justiça*

SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 10/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO. RECONHECIMENTO DE TEMPO COMO ALUNO-APRENDIZ. SÚMULA 7/STJ. ERRO MATERIAL CONTIDO NO ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL A QUO. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Acerca do reconhecimento do tempo de serviço como aluno-aprendiz para fins de aposentadoria, consoante a jurisprudência do STJ, é possível o cômputo do tempo de estudante como aluno-aprendiz de escola pública profissional para complementação de tempo de serviço, objetivando fins previdenciários, desde que preenchidos os requisitos da comprovação do vínculo empregatício e da remuneração à conta do orçamento da União, o que, no caso, não foi demonstrado. A alteração do julgado quanto ao ponto encontra óbice na Súmula 7/STJ.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 854.613/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO-APRENDIZ. ALEGAÇÃO DE COMPROVAÇÃO NA ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Verificar a comprovação, na origem, do labor na condição de aluno-aprendiz implica, no caso concreto, o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é obstado na via especial, a teor da orientação fixada pela Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1231658/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 23/09/2013)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC/2015, tendo em vista que o recurso especial teve origem em mandado de segurança. ("na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios", Súmula 105/STJ).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

